

Incêndio no HDES atrasa plano regional contra pobreza

Governo Regional prevê levar Plano Regional de Inclusão Social e Cidadania a Conselho de Governo em novembro. Estão previstas cinco dimensões estratégicas: Rendimento, Educação e Formação, Trabalho, Habitação e Saúde

Nuno Martins Neves
nunomartins@acorianooriental.pt

O incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo atrasou a implementação do PRISC - Plano Regional de Inclusão Social e Cidadania, por parte do Governo Regional. Apresentado em fevereiro deste ano pelo vice-presidente, Artur Lima, que no anterior executivo tutelava esta pasta, só a 4 de março, quando a Secretária Regional da Saúde, Mónica Seidi, assume a área social é que o PRISC foi retomado.

No entanto, explica a governante em entrevista ao Açoriano Oriental, “não obstante o trabalho desenvolvido, é inegável que os constrangimentos que decorreram do episódio do incêndio do HDES, como naturalmente se compreende, concentraram a disponibilidade de recursos na resolução de uma situação crítica e vital para os açorianos”.

Considerando a pobreza um “problema regional”, o trabalho foi retomado, com a Mónica Seidi a liderar o processo, explicando que foi “legítimo, expectável e necessário” a Secretaria Regional que tutela conformar a proposta, de natureza “académica e científica” às opções políticas do executivo açoriano.

De acordo com a secretária re-



Secretária Regional da Saúde quer reduzir pobreza monetária na Região Autónoma dos Açores

gional, a proposta final, que está a ser trabalhada internamente, será discutida em Conselho de Governo no próximo mês de novembro, esperando Mónica Seidi colocar o processo em consulta pública posteriormente, “na qual se espera a participação de todos os cidadãos, com vista à definição da versão final do PRISC 2024-2028”.

A economia açoriana tem crescido nos últimos anos, mas a taxa de pobreza continua a ser das mais altas do país, o que, para o sociólogo Fernando Diogo, explica-se pela aposta em setores da economia baseados em salários baixos, como a agricultura, turismo e construção civil. Em declarações ao Açoriano Oriental, o autor do último estudo sobre pobreza no país, explica que “a especialização produtiva assenta em setores de economia que em regra pagam mal”, e que têm associados a si características que “não se tra-

Escalpelizando um pouco o que será o plano, a governante diz que estão previstas cinco dimensões estratégicas (Rendimento, Educação e Formação, Trabalho, Habitação e Saúde), com o objetivo a centrar-se na “redução da pobreza monetária na Região e a criação de um patamar próximo do valor mediano do rendimento regional”.

duzem em números, mas têm impacto na vida das pessoas”. Características como a precariedade, a penosidade (condições de trabalho duras, como trabalhar ao sol, por exemplo) e perigosidade. “A especialização produtiva nos Açores é a agricultura - segunda região do país com mais pessoas na agricultura, a seguir ao Alentejo; o turismo, que como costume dizer é ótimo para os proprietários, mas não para os funcionários, pois são mal pagos e com muitas exigências, em termos de horário

ARQUIVO AO/EDUARDO RESENDES

mento como o elemento articulador e consubstanciador”.

Vão ser envolvidos cinco secretarias regionais e respetivas direções regionais (além da Saúde e Segurança Social, Juventude, Habitação e Emprego; Educação, Cultura e Desporto; Finanças, Planea-

Seidi explica que a ERCPES continua em vigor e está a ser aplicado

mento e Administração Pública), municípios e entidades privadas do setor social.

Por último, Mónica Seidi esclarece que a ERCPES continua em vigor, apesar da própria estratégia ter medidas previstas com realização temporal definida, ou seja, sem continuidade por definição, como a conceção de um manual para a alimentação saudável nas creches, que foi criado. Outros, por exemplo, os Pontos de Estudo (apoio lúdico e pedagógico diferenciado), que dos cinco previstos originalmente pelo Governo do PS, nenhum foi implementado, diz a governante. “O Governo de coligação implementou os cinco e, além disso, criou mais quatro, pelo que neste momento temos 9 em funcionamento”. ■

Dependência do turismo agricultura e construção civil explicam pobreza nos Açores

PEDRO AMARAL



e de competências, como falar línguas; e a construção civil. Portanto, a economia melhora, mas em setores de atividade que oferecem mal”. A comprovar isto está a taxa de pobreza em população empregada, que revela que a nível nacional a taxa se situa nos 10%, enquanto nos Açores está nos 16,4%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. “Em Portugal, os desempregados em situação de pobreza são 46,7%, pouco menos de metade; nos Açores sobe para 62,3%, o que são dois terços”, assinala. ■ NNM